



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresas especializadas para prestação de serviço de acesso à internet, com taxas de transferência variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps, conforme características técnicas descritas no item 3 deste Projeto Básico/Termo de Referência.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Os serviços de acesso à internet representam recurso estruturante para execução das atividades de negócio nas organizações, sendo atualmente imprescindíveis para o desempenho das tarefas, melhoria dos processos organizacionais e, conseqüentemente, entrega de serviço de qualidade à sociedade. No TRE-SC esta tendência também se confirma através de demandas ligadas à diversas unidades como, por exemplo, o acesso aos serviços de empresas e fornecedores disponíveis na internet, o estabelecimento de conexões de rede para viabilizar a operação nos cartórios eleitorais, centrais e postos volantes de atendimento, ou ainda dar suporte aos processos administrativos e licitatórios deste Tribunal.

Este serviço é atualmente atendido pelos contratos 088/2019 e 089/2019, ambos com vigência até 31/10/2023. Contudo, com a implantação de acesso de rede redundante nos cartórios eleitorais (contratos 061/2021 e 062/2021), o uso dos enlaces internet na sede vêm sendo impactados, especialmente quanto ao recebimento de conexões do tipo VPN.

Desta forma, faz-se necessária a contratação de serviços de acesso à internet, através de empresas distintas, de forma a atender às futuras demandas associadas ao negócio desta Corte.

2.2. Objetivos e Benefícios

- Manutenção da atual solução tecnológica, possibilitando o acesso seguro aos serviços disponibilizados na internet;
- Aumento na disponibilidade dos serviços hospedados na internet, acessados a partir da sede, cartórios eleitorais, centrais de atendimento e anexos do TRE-SC;
- Melhoria na experiência de uso dos serviços e sistemas na intranet (VPN cartórios, teletrabalho) e na internet;
- Aumento da satisfação dos usuários com os sistemas, serviços e soluções de TI fornecidos pela STI.
- Possibilidade de atendimento de novas demandas tecnológicas, como participação em grupo de reuniões *on-line* e a recepção adequada de novas conexões remotas VPN.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	<ul style="list-style-type: none">• RE1 – Satisfação dos usuários de TIC• RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC• RE3 – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PDTI	<ul style="list-style-type: none">• <i>AE04 – Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais.</i>• <i>AE06 – Manter parque tecnológico atualizado</i>
-------------	--

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 9539/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Fornecimento de serviço de acesso à Internet, com taxas de transferência variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps (Enlace 1) .	1	1
2	Fornecimento de serviço de acesso à Internet, com taxas de transferência variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps (Enlace 2) .	1	1

Contratação de serviços de acesso à internet, divididos em 2 itens, a serem oferecidos por empresas distintas, conforme requisitos estabelecidos nos Estudos Preliminares, visando substituir os 2 (dois) enlaces internet atualmente disponíveis na sede do TRE-SC.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, e padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos. Fará parte de solução de alta disponibilidade, atualmente em uso no TRE-SC, sendo que a premissa desta solução se baseia na utilização de diferentes provedores de acesso à internet, tecnologicamente independentes, de modo a evitar pontos únicos de falha. Assim, a composição do objeto se divide em 2(dois) itens:

Id.	Bem / Serviço
1	Fornecimento de serviço de acesso à Internet, com taxas de transferência variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps, de acordo com as características técnicas especificadas no item 3 deste documento (Enlace 1) .
2	Fornecimento de serviço de acesso à Internet, com taxas de transferência variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps, de acordo com as características técnicas especificadas no item 3 deste documento (Enlace 2) .



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8. Serviços Adicionais

2.8.1. Em relação a taxa de transferência a ser disponibilizada, cada pacote adicional refere-se ao incremento de 1 (um) Gbps na taxa de download e de upload do serviço, conforme faixa prevista no subitem 3.1.a. deste Projeto Básico/Termo de Referência:

Pacote de serviços adicionais	Característica
1 (um) pacote adicional de taxa de transferência	Incremento de 1 (um) Gbps nas taxas de download e de upload do serviço

2.8.1.1. Estima-se, após o primeiro ano do contrato, em anos eleitorais, o uso de 2 (dois) pacotes adicionais de taxa de transferência por 9 (nove) meses em cada ano, bem como o uso de 1 pacote adicional de taxa de transferência no último ano não eleitoral, por 6 (seis) meses, totalizando a estimativa de uso de 42 (quarenta e dois) pacotes adicionais ao longo de todo o contrato, conforme descrito no Anexo III – Planilha de Custos para a Contratação - deste Projeto Básico/Termo de Referência.

2.8.1.2. O TRE-SC poderá, a seu critério e a qualquer tempo ao longo da vigência contratual, solicitar à Contratada o incremento ou o decremento da taxa de transferência, através de pacotes adicionais, dentro da faixa prevista no item 3.1.a. deste Projeto Básico/Termo de Referência;

2.8.1.3. Os pacotes adicionais de taxa de transferência serão requisitados à Contratada pelo gestor do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, conforme previsto no subitem 2.19.5 deste Projeto Básico/Termo de Referência.

2.8.2. Poderá ser solicitado serviço adicional para eventual mudança de endereço do enlace, conforme previsão nos subitens 2.19.6 e 2.19.7 deste Projeto Básico/Termo de Referência.

Pacote de serviços adicionais	Característica
1 (um) Pacote adicional para mudança de endereço do enlace	Mudança de endereço do local onde o serviço está sendo prestado.

2.8.3. Estima-se não ocorrer nenhuma mudança de endereço durante o período de vigência contratual, contudo, para fins de composição de custos, deve-se considerar a estimativa de 1 (uma) mudança, conforme descrito no Anexo III – Planilha de Custos para a Contratação - deste Projeto Básico/Termo de Referência.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Conforme fundamentado nos Estudos Preliminares, houve parcelamento do objeto em 2 (dois) itens, de modo que cada demanda possa ser atendida por empresas distintas, sendo a adjudicação por item.

Considerando que o objeto da presente contratação deverá compor solução de alta disponibilidade, atualmente em uso no TRE-SC, será vedado que a mesma empresa seja vencedora de ambos os itens. Tal restrição faz-se necessária para aumentar a disponibilidade associada ao serviço, a custo aceitável.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

b) outorga emitida pela Anatel para prestação de serviços SCM, dentro da região da Contratante ou em nível nacional;

b.1) caso se enquadre nos critérios previstos para dispensa de autorização da Anatel (Res. 720/2020), deverá comprovar cadastro atualizado em sistema próprio da Anatel.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Verifica-se que o objeto pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o bem é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço".

2.12. Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental direto identificado para esta contratação.

2.13. Conformidade Técnica

A Contratada deverá apresentar outorga da Anatel para prestação de serviços SCM, dentro da região da Contratante ou em nível nacional, salvo se enquadre nos critérios previstos para dispensa de autorização da ANATEL (Res. 720/2020), sendo que neste caso deverá comprovar cadastro atualizado em sistema próprio da ANATEL para esta finalidade.

2.14. Obrigações da Proponente

As proponentes que apresentarem os menores preços para os itens 1 e 2 deverão comprovar, mediante declaração, que não dependem exclusivamente uma da outra para prover plenamente os serviços solicitados.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até: a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Realizar reunião de alinhamento inicial, em até 10 (dez) dias após o recebimento do contrato assinado pelos representantes do TRE-SC, mediante agendamento com o gestor do contrato no e-mail csit-sars@tre-sc.jus.br ou telefone (48) 3251-3700;

2.16.2. Concluir os serviços de instalação do enlace em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE - SC;

2.16.3. Realizar a instalação do enlace no endereço prédio sede do TRE-SC, localizado na Rua Esteves Júnior n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015130, devendo utilizar a infraestrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas), sem que isso implique em acréscimo no preço constante na proposta;

2.16.4. Fornecer todos os equipamentos, cabos, conectores, conversores, adaptadores, modems e outros itens de hardware e software, necessários para a completa conexão a um equipamento servidor, a ser fornecido pelo TRE-SC;

2.16.5. Atender solicitações de pacotes adicionais de download/upload, para incremento ou decremento da taxa de transferência, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação;

2.16.6. Atender solicitações de consulta de viabilidade técnica para mudança de endereço em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da solicitação;

2.16.7. Atender solicitações de mudança de endereço em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data da solicitação;

2.16.8. Fornecer as informações necessárias para acesso ao suporte técnico durante a vigência do contrato;

2.16.9. Disponibilizar suporte técnico em regime 24/7 (vinte e quatro horas por dia / sete dias por semana), com tempo de atendimento inicial em até 1 (uma) hora e tempo de conclusão do atendimento em até 5 (cinco) horas para os casos de indisponibilidade na prestação do serviço;

2.16.9.1. Durante os períodos críticos no processo eleitoral (fim do prazo para alterações no cadastro eleitoral, 1º e 2º turno das Eleições), descritos nos subitens 2.19.9.1.1 a 2.19.9.1.3, abaixo, o tempo para conclusão do atendimento deverá ser reduzido para até 3 (três) horas, para os casos de indisponibilidade na prestação do serviço:

2.16.9.1.1. Fim do prazo para alterações no cadastro eleitoral: Período de 7 (sete) dias, compreendido entre 156 (cento e cinquenta e seis) dias antes do primeiro turno das Eleições (que ocorrem no primeiro domingo do mês de outubro nos anos pares) e 150 (cento e cinquenta) dias antes do turno mencionado;

2.16.9.1.2. 1º turno das Eleições: Período de 7 (sete) dias, compreendido entre os 6 (seis) dias anteriores ao primeiro turno das Eleições (que ocorre no primeiro domingo do mês de outubro nos anos pares) e o dia do pleito, inclusive; e

2.16.9.1.3. 2º turno das Eleições: Período de 7 (sete) dias, compreendido entre os 6 (seis) dias anteriores ao segundo turno das Eleições (que ocorre no último domingo do mês de outubro nos anos pares) e o dia do pleito, inclusive;

2.16.10. Fornecer, mensalmente, Relatório de Disponibilidade e Desempenho do serviço;

2.16.11. Disponibilizar a totalidade da taxa de transferência do enlace, conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.12. Manter a taxa de perda de pacotes e latência do enlace conforme estabelecido na Especificação Técnica Detalhada do Projeto Básico / Termo de Referência;

2.16.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;

2.16.14. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação do TRE-SC, estando sujeita às normas e políticas de segurança da informação da Instituição;

2.16.15. É vedada a interceptação, ou a filtragem de pacotes, de qualquer tráfego de dados que passe pelo enlace da Contratada, sem autorização judicial;

2.16.16. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Deverão ser atendidos os seguintes requisitos técnicos abaixo, para ambos os itens:

Id.	Característica
a	Fornecimento de serviço de acesso à internet, com taxa de transferência simétrica de download e upload, variando de 1 (um) Gbps a 4 (quatro) Gbps;
b	A taxa de transferência inicial deverá ser de 1 (um) Gbps, tanto para download como para upload;
c	Meio físico baseado em fibra óptica, com entrega do acesso ao enlace através de interface ethernet padrão RJ-45 ou SFP+;
d	Deverá ser fornecido bloco de endereços IP, válidos na internet, /29 para IPv4 e /48 para IPv6;
e	Percentual máximo de perda de pacotes de 1%, a ser medido entre a Contratante e empresa com ponto de presença no PTT-SC;
f	Latência máxima para o tempo de ida e volta do pacote de 20 (vinte) ms, a ser medido entre a Contratante e empresa com ponto de presença no PTT-SC;
g	Considerando tráfego VPN a ser trocado com as unidades administrativas do TRE-SC, distribuídas geograficamente no estado de Santa Catarina, a contratada deverá possuir interligação direta, através de canais dedicados, ao ponto de troca de tráfego PTT-SC;
h	Sem restrição quanto ao volume trafegado e quantidade de clientes compartilhando o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	enlace, com acessibilidade plena a todos os serviços da internet e também a eventuais serviços disponibilizados pelo TRE-SC através do enlace;
--	--

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Enlace Internet Dedicado;
- Internet IP Simétrico;
- Link Internet Empresarial;

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

- 26476 (Serviços de Comunicação de Dados);

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência por 60 (sessenta) meses, a partir da data da sua assinatura.

Considerando que a contratação vai se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada terá direito ao reequilíbrio econômico financeiro do ajuste.

3.2. Modelos de Documentos

No Anexo III deste documento está disponível a planilha de custos para composição de preços para esta contratação, a ser preenchida pelas licitantes durante o pregão eletrônico.

Florianópolis, em 31 de março de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao TRE-SC promover, através do titular da Seção da Administração de Redes e de Servidores, ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas relacionadas aos Indicadores de Níveis de Serviço. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

- Verificação dos prazos de execução e nível de serviço prestado; e
- Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

Caberá ainda ao gestor do contrato, atestar, mensalmente, os valores cobrados pela CONTRATADA, aplicando os devidos abatimentos quando houver fato ensejador por parte desta.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Abaixo são descritos os papéis previstos na execução do contrato:

#	Ator	Papel
1	Gestor do Contrato do TRE-SC	- Fiscalização contratual; - Atestação de faturas; - Tratativas administrativas com a Contratada.
2	Representante da Contratada	- Atuar como ponto focal para demandas administrativas e técnicas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Abaixo são listadas as principais etapas da contratação, com os prazos e responsáveis associados:

#	Etapas	Data	Responsável
1	Reunião de alinhamento	Conforme subitem 2.16.1 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada e TRE-SC
2	Ativação do enlace e início da prestação do serviço	Conforme subitem 2.16.2 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada
3	Pagamento referente à instalação, mensalidades e pacotes adicionais	Conforme itens 1.6 e 1.7 do Anexo I – Plano de Fiscalização.	TRE-SC
4	Atender solicitações de pacotes adicionais	Conforme subitem 2.16.5, 2.16.6 e 2.16.7 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada

1.3. Instrumentos Formais

Todas as solicitações e ocorrências de indisponibilidade do serviço deverão ser registradas em sistema próprio da Contratada. O enlace também será monitorado através de sistema específico do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Deverá ser fornecido, mensalmente, pela Contratada, relatório de desempenho e disponibilidade do enlace com a função de verificar se os indicadores de Níveis de Serviços foram alcançados e aferir os resultados da execução contratual.

Eventuais solicitações de pacotes adicionais de taxa de transferência e de mudança de endereço poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRE-SC, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca da prestação do serviço, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações. Serão considerados no acompanhamento contratual as obrigações previstas para a Contratada, bem como o Acordo de Nível de Serviço (ANS) pactuado.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Referente à instalação do enlace, o recebimento provisório será realizado na data de ativação do mesmo, sendo que o recebimento definitivo será emitido após verificação das especificações técnicas solicitadas.

Para eventuais solicitações de pacotes adicionais de taxa de transferência o recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da nova taxa de transferência solicitada. De forma análoga, o recebimento definitivo de eventual solicitação de mudança de endereço ficará condicionado à ativação do enlace no novo endereço, observando-se os requisitos técnicos necessários.

Os demais serviços prestados serão avaliados mensalmente, mediante análise de atendimento do ANS e demais obrigações da Contratada:

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

Poderá ocorrer a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não prestar os serviços esperados, ou não os prestar com a qualidade mínima exigida, conforme especificado neste documento.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Critérios de qualificação técnica, conforme descrito no edital.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato ou valor mensal do contrato;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato ou valor mensal do contrato;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3.1.5. em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

1.11.4. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:

#	Evento	Referência	Tipo de Infração
1	Descumprimento do estabelecido no Anexo II - Acordo de Nível de Serviço, nos primeiros 30 dias após o início da prestação do serviço.	Por ocorrência	Leve
2	Descumprimento do estabelecido nos itens 2.16.1, 2.16.2,	Por dia	Média



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	2.16.5, 2.16.6 e 2.16.7, das obrigações da Contratada.		
3	Descumprimento do estabelecido no item 2.16.9, das obrigações da Contratada.	Por ocorrência	Grave
4	Obtenção da disponibilidade mínima (aplicação de desconto máximo) prevista na tabela de Indicadores (Anexo II - Acordo de Nível de Serviço) por 2 meses consecutivos ou 3 meses não consecutivos, num período de 12 meses.	Por ocorrência	Grave
5	Suspender ou interromper os serviços prestados ou causar dano ao patrimônio, injustificadamente.	Por ocorrência	Grave
6	Descumprimento do estabelecido no item 2.16.9 (tempo de diagnóstico e de resolução de chamado), caso o período de indisponibilidade seja superior a 1 (um) dia.	Por ocorrência	Grave
7	Descumprimento do estabelecido no item 2.16.9.1, durante os períodos críticos do processo eleitoral.	Por ocorrência	Grave

1.11.5. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;
- b) no caso de inexecução parcial, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.6. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea "d" do subitem 1.11.5 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.7. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos no item 2.16 sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do serviço em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.7.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.7, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.7.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.8. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "d" do subitem 1.11.5, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.9. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.9.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Acordo de Nível de Serviço – ANS

1. A Contratada deverá entregar disponibilidade mínima de 99,3%, a ser medida mensalmente, sem aplicação de qualquer restrição de trafegabilidade em função de características ou sentido de fluxo de dados;

a. Serão consideradas indisponibilidades do serviço:

i. Interrupção no tráfego de pacotes;

ii. Perda de qualidade do enlace associada à alterações nos padrões de latência e perda de pacotes, inviabilizando o uso do serviço;

2. A contratada deverá calcular o total de desconto, a ser aplicado no valor mensal da fatura, de acordo com os indicadores de nível de serviços estabelecidos no quadro abaixo:

Indicador	Nível de serviço (disponibilidade mensal aferida)	Desconto a ser aplicado sobre a mensalidade
Disponibilidade	98,6% a 99,2%	5%
	98,1% a 98,5%	7,5%
	97,6% a 98%	10%
	97,1% a 97,5%	15%
	Igual ou inferior a 97%	20%

3. A aplicação de descontos pelo eventual descumprimento no nível mínimo de serviços não prejudicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Planilha de Custos para a Contratação

Instalação	Quantidade	1.1 - Custo de instalação (R\$)
Instalação do enlace	Execução única - 1 (uma) , no início do contrato	_____

Mensalidade	Quantidade	Custo mensal (R\$)	1.2 -Custo total das mensalidades (R\$) (custo mensal x quantidade)
Mensalidade enlace 1 (um) Gbps (configuração inicial)	60 meses	_____	_____

Pacote adicional - Mudança de endereço	Quantidade (estimativa)	1.3 - Custo mudança de endereço (R\$)
Mudança de endereço do serviço	Estima-se não ocorrer nenhuma mudança de endereço durante o período de vigência contratual, contudo, para fins de cálculo do Total-geral, considerar a estimativa de 1 (uma) mudança	_____

Pacote adicional - Taxa de transferência	Quantidade de pacotes (estimada)	Custo mensal (unitário)	1.4 - Custo total de pacote adicional de taxa de transferência (R\$) (custo mensal x quantidade estimada de pacotes)
Pacote adicional de 1 (um) Gbps	42	_____	_____



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.5 Total-geral (soma de 1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	_____
--	-------

Será declarado vencedor o licitante que, atendendo todas as especificações descritas acima, obtiver o menor preço para o Total-geral da planilha de preços (item 1.5). O cálculo se dará da seguinte forma: Total Geral = 1.1 (Instalação) + 1.2 (Total mensalidades) + 1.3 (Total mudança de endereço) + 1.4 (Total pacotes adicionais de taxa de transferência)